



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 3

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 4 DE JANEIRO DE 1964

SENADO FEDERAL

ATA DA 11ª REUNIÃO, EM 3 DE DEZEMBRO DE 1963 — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA.

PRESIDÊNCIA DO SR. CATTETE PINHEIRO:

As 15 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Oscar Passos.
Zacharias de Assumpção.
Cattete Pinheiro.
Sebastião Archer.
Joaquim Parente.
Bezerra Neto. (6).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 6 Srs. Senadores. Não há número para abertura da sessão, motivo pelo qual vou encerrar a presente reunião, designando para a próxima sessão, a seguinte

ORDEM DO DIA

TRABALHO DE COMISSÕES

Encerra-se a reunião às 15 horas e 5 minutos.

Expediente despachado

Respostas a pedidos de informações:

I — do Sr. Ministro da Fazenda — Avisos de 19 de dezembro de 1963:

— N.º 343 — ao Requerimento número 616-63, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

— N.º 346 — ao Requerimento número 497-63, do Sr. Senador Domício Gondim;

— N.º 348 — ao Requerimento número 669-63, do ex-Senador Paulo Coelho;

II — do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social:

— Aviso n.º GM 2052-R, de 13 de dezembro, ao Requerimento n.º 565-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar.

DIRETORIA DAS COMISSÕES
Comissão Especial incumbida de efetuar o levantamento da produção mineral nacional e estudar as medidas capazes de possibilitar a industrialização dos mesmos.

5ª REUNIÃO, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1963.

As dezesseis horas e vinte minutos, na Sala das Comissões, do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Ermirio, Relator, (Presidente em Exercício), Mello Braga, Bezerra Neto e José Kairala, reúne-se a Comissão Especial, incumbida de efetuar o levantamento da produção mineral nacional e estudar as medidas capazes de possibilitar a industrialização dos mesmos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Milton Campos, Presidente, Júlio Leite, Vice-Presidente, José Feliciano, Eugênio Barros, Atílio Fontana e Lopes da Costa. É dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior. O Senhor Presidente declara aberta a Sessão concedendo a palavra ao Senhor Deputado Janary Nunes que faz longa exposição sobre o minério no Brasil, conforme notas taquigráficas abaixo registradas.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE — Está presente o ilustre General Janary Nunes, para nos dar esclarecimentos sobre a zona do Amapá que foi a precursora do desenvolvimento do manganês no Brasil.

Gostaria de ouvir S. Exa. sobre a situação em que se encontra, primeiro a posição de mineração do manganês no Amapá; segundo, o resultado do que se pode dizer do investimento da I Zona do Território que em tão pouco tempo é considerado próspero.

O SR. JANARY NUNES — Senhor Presidente, Srs. Senadores, é com a máxima satisfação que compareço a esta Comissão, para prestar esclarecimentos sobre o programa de aproveitamento do manganês do Rio Amapari, no Território Federal do Amapá.

Quando fizemos o contrato inicial, ou melhor, quando tomamos as provi-

dências preliminares para aproveitamento do minério de manganês buscamos criar novo tipo de economia mineral no Brasil.

Conhecíamos bem o funcionamento do Código de Minas;

Conhecíamos bem o sistema de exploração das minas tradicionais existentes no País, havíamos visitado essas jazidas; as de Lafaete, em Minas Gerais, as de ferro, no Vale do Paraopeba, as da Companhia do Vale do Rio Doce, bem assim, tínhamos informações de outras jazidas. Não estávamos, porém, satisfeitos com a fórmula de aproveitamento do mineral, pela qual o explorador tirava todos os benefícios, praticava quase que — digamos uma garimpagem, sem deixar coisa alguma de benefício em prol da região.

Assim, no Amapá a primeira providência que tomamos foi solicitar ao Presidente a transformação das jazidas do Território em reserva nacional. Ela constitui uma das raras jazidas, no Brasil, sujeita a regime especial de aproveitamento.

Pelo Decreto-lei n.º 9.858, de 13 de setembro de 1946, o Presidente da República considerou as jazidas do Amapá reserva nacional, estabelecendo regime especial de aproveitamento, que foge à legislação do Código de Minas.

Sr. Presidente, por esse Decreto-lei, que tornou as jazidas de manganês do Território Federal do Amapá reserva nacional, iniciamos nova fase no aproveitamento mineral de Brasil.

Em primeiro lugar, temos uma unidade: o aproveitamento. Consideramos que essas jazidas, naquela distância, em plena floresta, a duzentos quilômetros do Rio Amazonas, em lugar que, na época, não possuía porto, em que a divisão das jazidas impediria o seu aproveitamento, nenhum capitalista ou industrial se lançaria ao aproveitamento de parte dessas jazidas.

Uma das nossas preocupações foi evitar a divisão das jazidas. Se houvesse essa divisão não encontraríamos facilidade para construir uma estrada de ferro ou montar um sistema de transporte, que permitisse levar o mineral de lugar tão distante aos mercados consumidores.

Estabelecida a Lei Básica para o aproveitamento das jazidas de man-

gânês do Amapá, sugerimos ao Governo Federal que constituísse uma sociedade de economia mista da qual participassem o Governo Federal, o Governo do Território e, em caráter minoritário, grupos particulares, inclusive estrangeiros. A época, porém, a Companhia Siderúrgica Nacional não tinha entrado em funcionamento. Isso em 1946, no término da segunda guerra mundial, em que o Governo enfrentava tremendas dificuldades para colocá-la em atividade. A Companhia Vale do Rio Doce vivia sob o regime de intervenção dos Bancos estrangeiros e ainda não apresentara o resultado do seu trabalho.

O Presidente Eurico Dutra, a quem propus a criação de uma sociedade de economia mista brasileira, desanimou.

O Governo Federal não tinha dinheiro para novos investimentos e os seus recursos já eram insuficientes para trabalhos da sua própria iniciativa, que já estavam em desenvolvimento e não desejando e não podendo assumir a responsabilidade do aproveitamento direto das jazidas, autorizou-me a usar aquele dispositivo do Art. 4º que dizia que "o aproveitamento das jazidas poderá ser, se assim o entender o Governo Federal, contratado com entidades particulares ou de economia mista".

Busquei no Brasil o interesse de grupos particulares brasileiros, visitei em Mogi, Estado de São Paulo o Grupo Jafet, que tinha idoneidade financeira e convidei-o a explorar as jazidas do Amapá. Aquêles grupos alegou que estava muito sobrecarregado com as novas siderúrgicas que estava instalando e não podia trabalhar. Procurei o Dr. Amintas Jacques de Moraes, solicitando sua participação no aproveitamento daquelas jazidas. Ele entretanto achou que era um aproveitamento de grande vulto e seus compromissos no Estado de Minas Gerais não lhe permitiam desviar a atenção para o aproveitamento das jazidas do Amapá. Não houve assim interesse, nem do Governo Federal — era nossa ideia que o Governo Federal era capaz de conduzir o aproveitamento das jazidas e não queríamos abrir mão desse privilégio de conduzir as negociações, porque havíamos contribuído para descobrir aquelas jazidas. Não havendo interesse do Governo Federal e nem de grupos de

iniciativa privada nacionais, resolvemos então fazer uma concorrência, submetendo a idéia, ao Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, de algumas bases para uma concorrência, cujo espírito principal era o seguinte: fazer reverter para o território o máximo possível dos lucros do aproveitamento, fazer ficar no Brasil a maior percentagem possível dos lucros do aproveitamento dessas jazidas e ainda mais, dar vantagens ao povo do território.

Assim, por exemplo, na concorrência que estabelecemos exigimos a construção de uma estrada de ferro e que essa fosse destinada para o tráfego público, independentemente das obrigações industriais da empresa, uma capacidade mínima de 200.000 toneladas, que correspondiam a cinco vezes a capacidade de transporte da Estrada de Ferro Bragança, a única da região na época; exigíamos que de todas as instalações de energia que a empresa fizesse, 30% pelo menos fossem destinados ao uso público; impusemos que pelo menos 20% dos lucros fossem reinvestidos na própria região, estabelecendo ainda o pagamento de "royalties", além do imposto único — porque como sabem os Senhores Senadores, de acordo com o Código de Minas, as empresas de mineração que pagam o imposto único, estão livres do pagamento de quaisquer outras taxas, exceto o Imposto de Renda.

Enfim, estabelecemos várias obrigações e entre elas o pagamento de um "royalty" percentual, o que mostrou que na época já contávamos com a inflação. O "royalty" cresceria de acordo com o preço do minério.

Foi feita concorrência pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e a ela compareceram inicialmente quatro grupos, mas na concorrência final só ficaram três: dois estrangeiros — a Companhia Meridional de Mineração, representante dos interesses da United States Steel; o segundo grupo era a Bethlehem Steel, quase tão importante quanto o primeiro. Apareceu um outro grupo depois, a Republic Steel, representada pelo Professor Anísio Teixeira, que não compareceu à concorrência final; e a Hanna Company. Em vez de dois grupos estrangeiros eram três. A Hanna já havia feito contrato mais ou menos nas mesmas bases para aproveitamento do ferro e se retirou, desistindo da pesquisa; e por fim um grupo brasileiro o único que compareceu que foi a ICOMI, que na época era a empresa nacional que mais produzia minério para Volta Redonda — cerca de 100.000 toneladas de minério de ferro e 400.000 toneladas de calcário. Gente brasileira que tinha experiência de mineração.

A concorrência foi julgada pelo mesmo Conselho de Minas, que agiu com espírito nacionalista, porque deu ganho de causa ao único grupo brasileiro que concorria, embora tivesse feito várias exigências, inclusive de prova de idoneidade financeira que a ICOMI obteve com o Banco da Lavaú, que garantiu recursos para que cumprisse o contrato. Discutiu-se minuciosamente e já nas bases da concorrência foi autorizado pelo então Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, que teve o assessoramento de um dos maiores conhecedores dos problemas siderúrgicos do Brasil, o General Edmundo de Macedo Soares e Silva, então Ministro da Viação e Presidente do Conselho de Minas e Metalurgia, que acompanhou todos os entendimentos para a execução do contrato. Esse contrato foi celebrado em 1947 e desde ano até 1950 a ICOMI investiu cerca de Cr\$ 200.000.000 em pesquisas no território do Amapá, estudou o problema dos transportes, do porto e chegou à conclusão de que era necessária a

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior			
Semestre	Cr\$	50,00	
Ano	Cr\$	96,00	
Exterior			
Ano	Cr\$	136,00	

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior			
Semestre	Cr\$	39,00	
Ano	Cr\$	76,00	
Exterior			
Ano	Cr\$	108,00	

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

construção de uma estrada de ferro; estudou o problema das minas e realizou também grandes pesquisas para o melhor conhecimento das jazidas, porque o contrato estabelecia que se houvesse mais de dez milhões de toneladas, ela seria obrigatoriamente levada a construir uma estrada de ferro. Para o território o que parece de maior interesse era justamente a construção da estrada, porque no Brasil se dizia que todo aproveitamento mineral só deixava buracos. E nós queríamos uma estrada de ferro de penetração, que abrisse uma ampla faixa de terra para a colonização do território.

Um dos objetivos principais do nosso contrato era obter estrada de ferro. Mas, nesse período, a ICOMI chegou à conclusão de que se fazia necessário investimento em moeda estrangeira para aquisição de equipamento de mineração não produzido no País e para a construção da estrada de ferro e do porto, também com equipamento que, na época, não eram produzidos no Brasil. E, sendo assim, pediu ao Governo Federal que desse autorização para negociar o empréstimo de trinta e cinco milhões de dólares com o Banco Internacional e a garantia do Tesouro Nacional.

Nessa ocasião, dirigimo-nos ao Presidente da República que enviou mensagem ao Congresso. Este, depois de examinar o nosso contrato, ratificou-o e deu a garantia do Tesouro para o empréstimo. Mas, já nessa ocasião, a ICOMI, verificando que havia conveniência para a garantia dos negócios de obter um mercado seguro, propôs uma associação com a Bethlehem Steel, dentro dos termos do contrato inicial. Na época, passamos a fazer várias imposições porque, como no contrato inicial não estivera prevista a participação do capital estrangeiro, esta-

beleceamos na revisão a seguinte cláusula, por exemplo:

"Cláusula 36. A empresa (quer dizer empresa contratante) poderá assumir qualquer das formas ou tipos legalmente admitidos no País para as sociedades comerciais, reservados sempre a brasileiros pelo menos 51% do respectivo capital..."

Esta foi uma exigência que fizemos em consequência do acordo com a Bethlehem, porque tanto o Work Bank, como o Eximbank, que depois fez o empréstimo sem a garantia do Tesouro Nacional, exigiram a existência de um grupo idôneo que assumisse o compromisso de comprar o minério até o pagamento total do empréstimo.

Vou continuar a leitura da cláusula 36:

"A empresa poderá admitir sócios estrangeiros, cuja participação no capital inicial não excederá entretanto de 49%. Se o capital se compuser de ações de cláusula diferente os seus estatutos deverão estabelecer que a maioria das ações com direito de voto não poderá pertencer a acionista estrangeiro. As ações ou cotas sociais reservadas a brasileiros poderão pertencer a sociedades organizadas no País, desde que constituídas exclusivamente por sócios brasileiros; quando tal sociedade formar seu capital com ações ao portador, os respectivos estatutos deverão estipular: a) que a sociedade não admitirá, nem reconhecerá quaisquer efeitos, inclusive na formação de suas assembleias gerais e para participação de dividendos que tais ações pertencam a estrangeiros; b) que os títulos representativos dessas ações constem expressa-

mente como restrição à respectiva circulação que eles não poderão transferir-se a estrangeiros".

Quer dizer, incluímos uma cláusula que mostrava que a empresa deveria ser controlada e dirigida por brasileiros.

Este contrato revisado foi aprovado pelo Sr. Presidente da República e ratificado pelo Congresso Nacional. De forma que, nesta fase de 1951, com a associação à Bethlehem, a Petróbrás passou a dispor de amplos recursos para as pesquisas. Foi realizada então a melhor pesquisa de minérios já feita no Brasil. Nenhuma outra jazida de minério metálico foi pesquisada no Brasil tão bem quanto as de manganês no Amapá. Quando a empresa chegou à conclusão de que havia mais de dez mil toneladas, foi obrigada a iniciar o aproveitamento das jazidas, porque os prazos que estabelecemos foram todos muito curtos.

Passou então a construir a estrada de ferro de cerca de duzentos quilômetros, moderníssima, com capacidade de transporte de um milhão e quinhentas mil toneladas por ano, entre Macapá, capital do Território e a Serra do Navio. Passou também a construir um porto em Macapá, que é um dos mais modernos do mundo, com capacidade para carregar duas mil e quinhentas toneladas por ano.

A ICOMI passou também a montar uma das minas melhor operadas do mundo, porque vêm estudiosos, técnicos dos Estados Unidos, Europa, especialmente ao Território para verificar a operação dessa mina. Ela não tira uma tonelada sem que esteja estudado completamente o plano de lavra.

O SR. PRESIDENTE — Qual a percentagem de nacionais, operários e técnicos, que operam as minas de Macapá?

O SR. JANARY NUNES — 99,99% de brasileiros. A Bethlehem só teve em toda a fase de execução um diretor estrangeiro, por sinal, homem já radicado no Brasil, professor de Geologia, que esteve muitos anos na Bahia. Eram quatro diretores e os outros três eram brasileiros. Hoje, são dez, dos quais continua apenas este diretor estrangeiro. Chegamos a ter alguns técnicos estrangeiros na fase do planejamento, trabalhando no Amapá, mas sempre em número inferior aos técnicos brasileiros, porque só vinha o elemento de fora quando era absolutamente impossível o de sua especialidade no Brasil. orlcomi:H3.

Convindamos engenheiros em Minas, S. Paulo e Rio Grande do Sul.

Macapá tornou-se assim como a Brasília. Tinha gente de todos os quadrantes. Mas estrangeiro mesmo não chega nem a vinte. Assim mesmo são os técnicos, os mecânicos, e não os dirigentes. Todos os chefes são brasileiros. Aliás, os estrangeiros já requerem naturalização.

O censo de 1960 está aí. Não chegou a 0,1% os estrangeiros.

O SR. JOSÉ KAIRALA — Tive conhecimento de que a Bethlehem fez uma proposta para colocar dormentes mais baratos. É verdade?

O SR. JANARY NUNES — Sim. Mas não impedimos. A vantagem do dormente estrangeiro é que era de aço, mas achamos colocando o nacional, de madeira do próprio Amapá.

Quanto à exportação, inicialmente foi feita para os Estados Unidos. Não havia outro mercado.

O SR. JOSÉ KAIRALA — Qual a média anual da exportação do manganês.

O SR. JANARY NUNES — Setecentas mil toneladas por ano. O problema do mercado de minério tem ficado de ano para ano mais grave. Nós começamos a exportar em 7 de janeiro de 1957. Mas no ano passado a Gabon exportou 500.000 toneladas e a Guiana Inglesa 250.000. Mas o maior concorrente do Amapá é a Rússia. Outro grande fornecedor, a Índia.

O SR. PRESIDENTE — A Rússia, no meu deputado, ao exportar, calcula-se o quilo que produziria dentro do país é mais caro do que importa já produzido. De forma que faz um equilíbrio. Até na exportação do ouro eles calculam isso. Compraram trigo do Canadá, da Austrália e dos próprios Estados Unidos.

Há uma pergunta, entretanto, e que está interessante: uma vez que a exportação do minério se iniciou a 7-1-57, de então o território do Amapá tem recebido um royalty de 4 a 5%?

O SR. JANARY NUNES — O contrato inicial era de 4%, para reinvestimento máximo de 10%. O Eximbank exigiu que o Governo adotasse a política de ao invés de pagar o empréstimo fizesse o reinvestimento. Então passou a ter mais 1%. A ICOMI tinha autorização para exportar até 500.000 toneladas. Acima disso só com autorização do Governo e para as exportações excedentes foi que se concedeu para 5% de royalty. Desse modo, a ICOMI de 1957 até julho de 1962 pagou 5% de royalty sobre as exportações até 500.000 toneladas e pelo que excedeu esse limite mais 5%, quer dizer, pagava 10% pelo que excedia de 500.000 toneladas.

O SR. PRESIDENTE — Esses 20% estão sendo investidos no Amapá.

O SR. JANARY NUNES — Vossa Exa. conhece minha posição. Sabe que o Governo da época era meu inimigo, mas posso afirmar à Comissão que o Governo preferiu receber os adicionais a usar a opção de investir os lucros. Aplicou o dinheiro nas obras da Companhia Elétrica do Amapá a partir de 1963.

Assim, os lucros apurados no exercício de 1963 deveriam ser reinvestidos no Território do Amapá à razão de 20%, a partir do próximo ano. Este, porém, não é o aspecto fundamental pelo seguinte: a ICOMI tem investido muito mais, não se limitou a ser empresa de mineração. Montou, no Amapá, as melhores instalações de assistência social superiores às da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda e as de qualquer outra empresa privada, inclusive a Petróbrás. Dispendeu noventa e cinco milhões de cruzeiros em assistência médica. Montou duas usinas operárias, que são duas cidades antigas, com todo o conforto. Possui clube, supermercado, o melhor hospital do Norte do Brasil, com salas de operação de alto padrão; construiu casas mobiliadas para os operários, que pagam apenas Cr\$ 150,00, o que não corresponde, sequer, à água para o seu uso.

Em Conferência que fiz em Belo Horizonte, declarei que se eles quiserem trabalhar com o Amapá não construiriam naquelas favelas que vi em Três Marias.

O SR. PRESIDENTE — A verdade é que a situação de Três Marias, no particular é temporária. Ultimada a instalação, as favelas desaparecerão.

O SR. JANARY NUNES — Continuará, porém, a manutenção.

O conjunto residencial, montado pela ICOMI representa um investimento muito grande, talvez se aproxime dos 20%. Pagou integralmente o empréstimo recebido ao Eximbank. O Eximbank financiou com dólares todas as despesas em cruzeiros e o empréstimo não foi feito pela Beth-

lem e sim pela Empresa Brasileira de Indústria e Comércio Sociedade Anônima. — INCOME. Não vi, no contrato, garantia de capital estrangeiro. O contrato foi feito com uma empresa brasileira, ...

O SR. PRESIDENTE — Certo.

O SR. JANARY NUNES — ... de que o capital estrangeiro participou um caráter minoritário.

O SR. PRESIDENTE — Uma vez que passou de 4 para 5% por opção de um Governo, naturalmente que pensou que seria o melhor, que talvez não o tenha sido, qual será o programa deste ano do lucro dos 20% da INCOME?

O SR. JANARY NUNES — A média da exportação do minério de manganês anualmente tem sido de vinte e oito milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE — Começou em trinta e seis e agora baixou para vinte e cinco dólares de tonelada.

O SR. JANARY NUNES — Isso FOB, fora o frete. O minério de manganês do Amapá é o que melhores preços tem obtido no mercado internacional.

O SR. PRESIDENTE — Dá vinte e cinco dólares a tonelada. Anteriormente, era mais alto, sem se levar em conta a concorrência da Índia. A Índia tomou um rumo e a sua produção está dobrando de ano para ano.

Poderemos defender o Território do Amapá de tal forma que faremos o que a Índia está fazendo, isto é, dobrar o consumo interno que já é grande?

O SR. JANARY NUNES — Se fizermos este projeto, a Índia ficará abaixo. Sua produção de liga é de vinte e quatro mil toneladas por ano, manganês industrializado. O programa da Índia não se compara ao nosso.

O SR. PRESIDENTE — Já está exportando além do consumo interno. Sua siderúrgica é muito grande, maior que a do Brasil.

O SR. JANARY NUNES — Não Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Índia está na frente do Brasil em aço.

Entreguei ao Dr. Isaac Brown um trabalho sobre a produção de aço da Índia, para publicação no Diário do Congresso Nacional.

O SR. JANARY NUNES — A Índia exporta vinte e seis mil toneladas de ferro-liga.

O SR. PRESIDENTE — Além do consumo interno de manganês.

O SR. JANARY NUNES — Nosso consumo interno de manganês é de vinte e cinco mil toneladas, maior que o da Índia.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. está enganado.

O SR. JANARY NUNES — O melhor preço de minério obtido no Brasil é o do manganês do Amapá.

O SR. PRESIDENTE — Porque o mais rico. Dá, em média, vinte e cinco dólares a tonelada. O Amapá pode concorrer porque possui instalações apropriadas.

O SR. JANARY NUNES — Segundo dados fornecidos pelo Banco do Brasil era de trinta e sete dólares e oitenta e oito cents por tonelada.

O SR. PRESIDENTE — Qual a solução que V. Exa. sugere para corrigir esse abuso, de alguém que está usando a África, país independente, constituída de países independentes, que não o são realmente, para tirar vantagens do Brasil?

O SR. JANARY NUNES — Nesta parte do comércio exterior o Brasil é uma criança ingênua. Desde 1957, estamos numa concorrência — nós e a Índia. Eles baixam o preço e somos obrigados a igualá-los. No ano

seguinte, a mesma coisa, e assim por diante. Nunca enviamos uma missão à Índia para discutir a política de preços, já que a maior produtora do mundo, na época, era a Rússia que não negociaria conosco.

Nós e a Índia, situados em dois extremos do globo, devemos ter todo entendimento para defender a nossa matéria-prima.

O SR. PRESIDENTE — Quando estive em Oslo, em 1963, assisti à assinatura de um contrato para o fornecimento de fornos à indústria daquele país e vimos que a indústria ali está se desenvolvendo, porque viram que não podem concorrer com o minério de manganês e estão se industrializando, para poder comprar fornos de alumínio. O primeiro Ministro da Índia é um homem de uma intuição muito interessante. Quando viu que não podia fazer acordos, desviou sua capacidade para a indústria.

O SR. JANARY NUNES — O mercado de minério de ferro é muito pequeno.

O SR. PRESIDENTE — São os Estados Unidos que compram tudo.

O SR. JANARY NUNES — O mercado não era no ano passado superior a 200.000 toneladas. A tendência do nobre Senador José Ernânio é obrigar a industrialização, o que é uma excelente política.

O SR. PRESIDENTE — Aqui está e vou oferecer ao nobre Deputado Janary Nunes, um estudo a respeito da indústria na Índia.

“Em 1962 a Índia exportou ...

O SR. JANARY NUNES — O mercado disponível no mundo hoje para o ferro-liga — o mercado americano — é da ordem de 200.000 toneladas.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. conhece melhor do que eu. Se o Brasil pudesse industrializar o ferro-manganês, melhoraria sua posição e aumentaria essa exportação.

O SR. JANARY NUNES — As percentagens são as seguintes: A Rússia, por exemplo, gasta 60 toneladas de manganês para 1.000 quilos de aço. Os Estados Unidos só gastam 22 quilos para uma tonelada de aço. O minério russo é mais pobre. O americano exige maior padrão de minério para a exportação e consome menos.

Há um ponto que não está correto. Posso lhe dar outros dados a respeito do minério do Amapá, que não é de baixo preço. Ele é um dos de maior preço.

O SR. PRESIDENTE — Baixo preço, porque é o que melhor existe.

O SR. JANARY NUNES — O do Gabon é melhor. Dá 52% e está por preço inferior ao nosso.

O SR. PRESIDENTE — Mas não podemos concorrer com países escravos. E' por isto que gostaria de ouvir tafemos sofrendo a concorrência no minério, como sofremos no café. No algodão ainda não estamos sofrendo, mas um país que não se defende acabará sofrendo a concorrência africana. Ainda hoje ouvimos um depoimento sobre o amendoim. Outros produtos agrícolas também sofrerão a concorrência. E'to porque a África não é ainda independente: formaram países independentes, mas estão com o controle da exportação. Até a navegação depende dos países colonizadores. Se não tomarmos providências para a industrialização do minério, perderemos o mercado. V. Exa., que está bem informado, responda-me o seguinte: o consumo para uma tonelada de ferro manganês é 2.000 toneladas o minério?

O SR. JANARY NUNES — É quase isso.

O SR. PRESIDENTE — Se exportarmos 150.000 toneladas de ferro manganês, incrementaríamos a industrialização, protegendo nossa econo-

mia, criando mão de obra especializada e novos recursos seriam produzidos, advindo uma industrialização mais barata.

O SR. JANARY NUNES — Acho que a iniciativa desta Comissão, de estudar o problema dos minérios do Brasil, é necessária, útil e feliz. Acho que a preocupação de V. Exa. é encontrar o melhor preço para o nosso minério, não só para o manganês, como para o ferro, que está sofrendo uma tremenda depreciação.

O SR. PRESIDENTE — Por quanto vendíamos uma tonelada de ferro?

O SR. JANARY NUNES — Chegamos a vender a 14 dólares.

O SR. PRESIDENTE — Agora está a 9. Os países têm de se defender. Se houver um meio de valorização desse minério dentro do Brasil, para vender o produto, melhorariamos nossa posição, porque quem pode vender o produto industrializado, pode comprar também. E a grande desvantagem do Brasil é vender e não poder comprar. Se o Amapá pudesse industrializar 200.000 toneladas de ferro, ele a venderia por preços muito superiores. Com esta indústria naquele território — que certamente será dentro em pouco um novo Estado — seria uma coisa maravilhosa e traria para o Brasil o destaque internacional, de não ser um mero fornecedor de matéria prima.

O SR. JANARY NUNES — O nobre Senador está com a razão; recomendar, estimular, obrigar a necessária industrialização, de acordo com as situações do mercado. A industrialização progressiva do nosso minério de manganês é uma política que convém rigorosamente aos interesses nacionais. O Amapá está praticando essa política, tanto assim que está com a usina inicial de eletroderurgia altamente econômica e de alta pureza, programada para iniciar imediatamente, quando estiver concluída a usina hidrelétrica — com uma produção de 45 000 toneladas, que é, pelo menos, o dobro da produção da Índia velha e tradicional exportadora de minério manganês, concorrendo com a Rússia, de onde o início do século. A Índia diminuiu sensivelmente sua produção. Ficou com o mercado japonês.

O SR. PRESIDENTE — E' um interessante interessante para eles. Vendem minério de manganês e importam do Japão.

O SR. JANARY NUNES — Mas o nobre Senador José Ernânio perguntou-me ...

O SR. ATILIO FONTANA — Desejo um esclarecimento do nobre deputado: o Território do Amapá tem um rendimento de 20% do resultado da exportação de minério que devem ser investidos no próprio Território. Há um programa para esse investimento?

O SR. JANARY NUNES — Já existe um plano. Aliás, vinculamos os recursos provenientes da exportação do minério a um plano de industrialização do Amapá. No momento, todos os recursos entregues pela ICOMI ao Governo e que até dezembro do ano passado montavam dois bilhões e meio de cruzeiros, pela exportação de minério, foram aplicados na construção de uma usina hidrelétrica de cento e cinquenta mil “quilowatts”, em fase adiantada de construção, que pretendemos fique concluída no fim de 65 ou princípio de 66.

O SR. ATILIO FONTANA — Mas é o Governo que aplica ou é a companhia?

O SR. JANARY NUNES — Deixa-me explicar o conjunto.

Além dos 20% que só começaram a ser devidos a partir de julho do ano passado, já vinham sendo pagos os “royalties” pela exportação de minério. Esses dois bilhões e meio foram aplicados na construção da usina hidrelétrica, que facilitará o plano de

industrialização do Amapá. Esta é a primeira fase. Já está planejada uma usina eletro-siderúrgica para produção de ligas de ferro-manganês, como o deseja o nobre Senador José Ermírio.

Agora, pedimos que a ICOMI investisse um bilhão de cruzeiros, além dos "royalties", na usina hidrelétrica. Além do mais, apresentamos um projeto à ICOMI para investir parte dos 20% na instalação de uma usina de fabricação de casas pré-fabricadas, de compensados e de compensados, que dá de cinco milhões de dólares dentro de dez meses. Para a execução desse projeto a ICOMI vai associar-se a uma companhia holandesa, a fim de aproveitar as imensas riquezas florestais da Bacia Amazônica, proporcionando trabalho a cerca de mil e quinhentos brasileiros. Também está com outro programa já em desenvolvimento, que é a instalação de uma grande cultura para, em curto prazo, cultivar cinco mil hectares de dendê a fim de produzir "palm oil", evitando a importação de vinte e cinco milhões de dólares destinados à indústria siderúrgica. Este projeto dará trabalho para mais mil patriotas nossos.

Além desses projetos, a ICOMI está com dois compromissos com o Governo Amapaense. Primeiro, organizar a Companhia de Desenvolvimento da Amazônia para financiar o produtor e o homem de pequena iniciativa.

Devo dizer que além dos 20% a ICOMI introduziu no Amapá uma experimentação da produção do mais alto nível. Por exemplo, a produção de ovos. Antes, importávamos de São Paulo dois mil ovos por dia. Hoje, a ICOMI montou um aviário de dez mil aves, que produzem cinco ou seis mil ovos por dia. Entramos também na fase da experimentação agrícola, contratando técnicos de renome. Estamos, por exemplo, estudando a preparação de adubos naturais, com os quais temos conseguido uma produção de frutas, de alto rendimento. Hoje, o agricultor da região passa seus sábados e domingos na ICOMI aprendendo sobre a produção de laranja, lêmões, citras, mamões e frutas regionais, como a carambola. Esta, por sinal, fornece um refresco delicioso, que quase ninguém conhece.

Mas é um refresco delicioso! Tem prestado uma grande contribuição à agricultura daquela região.

O SR. PRESIDENTE — Sr. Deputado, todos nós estamos preocupados com o problema de obter novas matérias-primas. Não podemos esquecer o que aconteceu com o Brasil no passado em relação à borracha; com a ameaça ao açúcar; e atualmente a concorrência de café africano. Por isso queremos ouvir as sugestões de V. Ex^a.

O SR. JANARY NUNES — Peço.

Em primeiro lugar, em relação à política mineral, acho necessário in-

iciar-se uma campanha intensiva de pesquisas para descobrimento de novas jazidas e melhor conhecimento das já exploradas.

Portanto, a recomendação básica seria essa.

O exemplo do manganês do Amapá é típico. Há vinte anos não se conhecia nada. Hoje, é o seu maior produtor na região amazônica.

Se não tivéssemos a INCOME não teríamos 80 ou 100 navios mensalmente frequentando nossos portos. Esta companhia, este ano, vai nos dar novecentos milhões de royalties; quinhentos milhões de imposto único; está dando trezentos milhões para a prefeitura. E agora pediu uma questão pela qual pagara trezentos milhões, no mínimo, por ano, à prefeitura de Macapá.

Uma prefeitura que tinha uma renda de trezentos mil cruzeiros anuais, passará a receber seiscentos milhões somente devidos a essa nova fonte de riqueza.

A segunda recomendação, seria a de encontrarmos uma fórmula pela qual o aproveitamento de minério pudesse deixar benefícios essenciais à região onde ele é encontrado. Não queremos mais ser colôno, nem garimpeiros.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Muito bem, muito bem. Isso mesmo.

O SR. JANARY NUNES — Queremos que uma grande parcela dos recursos advindos da exploração do minério reverta em benefício da região de onde ele é extraído.

A terceira sugestão, seria a revisão da lei do imposto único.

Se tirássemos 5% do imposto único para financiar pesquisas lucrariamos muito mais do que se os aplicássemos em outros gastos.

O SR. PRESIDENTE — Esse, o grande segredo da grandeza dos Estados Unidos, que já em 1917 produziam os metais básicos à plena industrialização do país, salvo o níquel que eles importavam do Canadá.

Os americanos pesquisaram regiões inóspitas, geladas, montes rochosos, mas não perderam tempo. Nós também precisamos um serviço geológico à altura das nossas necessidades. Ao rasgarmos novas estradas precisamos mandar o geólogo para ir acompanhando e vendo o que está sendo cortado. Além disso, vamos criar o curso de prospectores que existem em todo o mundo, destinado a fornecer, em 90 dias, algumas idéias mineralógicas e cristalógicas ao homem do interior, ao homem do campo.

O SR. JANARY NUNES — Aliás, vai aqui o registro, o manganês do Amapá é devido à descoberta de um caboclo, um garimpeiro brasileiro que andava atrás de ouro e veio a descobrir aquela pedra preta. Sabia que era estranho, aborrecido na exploração do ferro e me disse que existia uma

mina muito maior do que a de Vila Nova. Mandei que trouxesse uma amostra mas que não fosse uma pedrinha, eu queria uma tonelada.

Aí ele me trouxe uma tonelada, cuja primeira amostra deu 57%. Chama-se Mário Cruz.

Vou apresentar, no dia 1º de dezembro — data da emancipação do território — um projeto que visa dar dez milhões de cruzeiros desses oitocentos bilhões que esse homem descobriu ao seu legítimo dono. Eu prometi que ia dar e vou dar mesmo. Aliás a INCOME, a nossa pedida, já lhe deu uma casa e lhe paga um auto ordenado. Pretendo dar um prêmio de Cr\$ 10.000.000,00 ao descobridor do manganês do Amapá. Penso que deveríamos dispensar melhor tratamento ao minério de manganês do Amapá. O minério é vendido e produz Cr\$ 1.100,00, dos quais só recebe Cr\$ 620,00 e até o mês de maio só recebia Cr\$ 400,00.

O SR. ATÍLIO FONTANA — É preciso combater esse e outros tipos de lesar a nossa exportação, a exemplo do superfaturamento na importação e na exportação.

O SR. JANARY NUNES — Providência aconselhável seria a revisão do custo do minério na boca da mina, para que o imposto único de mineração pudesse dar maior contribuição. Essa contribuição reverteria em favor da pesquisa.

O SR. PRESIDENTE — Muito bem.

O SR. JANARY NUNES — Sou a favor da MINEROBRAS; mas contra certos indivíduos que apenas querem se apoderar das jazidas de manganês e aplicar o dinheiro em outros lugares. Existe, hoje, o processo espoliativo interno no Brasil, que nós, da Amazônia, não suportamos, porque não nos consideramos uma colônia africana.

Há uma usina prefabricada que não está funcionando no Território, porque a indústria se opõe a que seja utilizado equipamento mais moderno, sob o pretexto de que ela produz similares embora bem inferiores, que não podem competir no mercado internacional. Deixamos de ser escravos do estrangeiro para sê-lo do tubarão nacional. Para nós, da Amazônia, ambas são espoliativas.

Somos vendedores de matéria-prima para o Sul mas não sabemos por que preço receberemos os seus produtos manufaturados. O caso da borracha é característico. Produzimos vinte e cinco milhões de quilos de borracha anualmente, vendida a duzentos cruzeiros o quilo, num total de cinco bilhões de cruzeiros. Essa borracha vai para São Paulo, apenas para quatro grupos que se dizem nacionais mas são estrangeiros.

Sou favorável à criação de uma companhia estatal, uma vez que a iniciativa privada, até hoje, não s

revelou capaz de promover a pesquisa, a lavra, a industrialização, enfim, o aproveitamento das riquezas minerais do Brasil, ressaltados, porém, os direitos já adquiridos.

Se o Governo brasileiro — por absurdo — quisesse encampar a concessão da usina hidrelétrica do Amapá, estaria inteiramente livre. Não existe no contrato feito por mim nada que impeça o Governo brasileiro de efetivar a medida. Para mim considero um erro. Deveríamos providenciar um mercado para o nosso minério. Entendo que o amapaense é que deve decidir sobre a melhor forma de aproveitamento das riquezas de sua região.

Sobre o mercado exterior de minério, estamos emperrados. O Itamarati não tem organização. Seria interessante que o Senado promovesse uma comissão para visitar a Índia o Gabão, a fim de ser discutido o problema do minério, através de um acordo a longo prazo. Nossas possibilidades no exterior são ampas. Não nos interessa entrar no mercado russo, que é o grande controlador do mercado europeu. Nossos maiores concorrentes são os países africanos.

O SR. PRESIDENTE — Se o Brasil, amanhã, chegasse e dissesse: tenho um projeto que me interessa, por exemplo, o das usinas hidrelétricas

Preciso de 500.000 quilowatts, mas tenho 200.000 toneladas de manganês para vender. É uma questão comercial. O Itamarati precisa olhar quem pode comprar e quem pode vender, discutir da melhor forma, a fim de orientar nosso comércio exterior. Índia está fazendo isto constantemente. Com o Japão faz o intercâmbio, exportando matéria-prima e trazendo siderurgia. O Brasil tem melhores condições do que o Japão, está mais identificado com a Índia. A sugestão do Deputado Janary Nunes é magnífica e vamos tomá-la em consideração, agradecendo a S. Ex^a o tempo precioso com que distingue esta Comissão, trazendo estes detalhes que são da maior importância. Agradeço ainda a boa vontade de S. Ex^a, a boa vontade de um nacionalista de fato, que se manifesta aqui. Esperamos poder aprovar essas sugestões, para melhoria do nosso mercado, não só interno, como externo. Nosso País poderá muito bem industrializar, aproveitando os meios técnicos modernos. A geologia, a geofísica e a aerofotogrametria determinam com rapidez coisas que demoramos anos para se determinar.

Agradecemos mais uma vez nome da Comissão estas manifestações de simpatia de V. Ex^a.

Está encerrada a sessão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, ficando eu, Alexandre Marques Albuquerque Mello, Secretário, a presente Ata, que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presiden

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSL-SP).
Vice-Presidente — Nogueira da Silva (PTB — MG).
Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN — RJ).
Segundo-Secretário — Gilberto Ma-
cho (PSD — RJ).
Terceiro-Secretário — Adalberto
da (PTB — ACRE).
Quarto-Secretário — Cartete Pi-
neiro (PTN — PA).
Primeiro-Suplente — Joaquim Pa-
te — UDN — PI).
Segundo-Suplente — Guido Mon-
din (PSD — RJ).
Terceiro-Suplente — Vasconcelos
Torres (PTB — RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
(PSD)

José Guimaracis Acre (em exercí-
cio).
Eugênio Barros — Maranhão.
Lobão da Silva — Pará.
Eugênio Barros — Maranhão.
Sebastião Archer — Maranhão.
Victorino Freire (em exercício o
Suplente, Sr. Miguel Lins) —
Maranhão.
Siegfredo Pacheco — Piauí.
Menezes Pimentel (em exercício
o Suplente, Sr. Waldemar de Al-
cântara) — Ceará.
Wilson Gonçalves — Ceará.
Walfredo Gurgel — Rio Grande
do Norte.
Ruy Carneiro — Paraíba.
Leite Neto — Sergipe.
Antônio Balbino — Bahia.
Jefferson de Aguiar — Espírito
Santo.
Gilberto Marinho — Guanabara.
Moura Andrade — São Paulo.
Atílio Fontana — Santa Cata-
rina.
Guido Mondin — R. G. Sul.
Benedicto Valladares — Minas
Gerais.
Filinto Müller.
José Feliciano — Goiás.
Juscelino Kubitschek — Goiás.
Pedro Ludovico — Goiás.

PARTIDO
TRABALHISTA BRASILEIRO
(PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Antônio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande
do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Pa-
raíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernam-
buco.
11. José Ermírio — Pernambuco.
12. Silvestre Péricles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Ja-
neiro.
14. Nelson Maculan (licenciado sem
substituição) — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná (em
exercício o suplente, Sr. Melo
Braga).

16. Nogueira da Gama — Minas Ge-
rais.
17. Zacarias de Assunção — Pará.
18. Joaquim Parente — Piauí.
19. José Cândido — Piauí.
20. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
21. João Agripino — Paraíba.
22. Rui Palmeira — Alagoas.
23. Eurico Rezende — Espírito Santo.
24. Afonso Arinos — Guanabara.
25. Bezerra Neto.

UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL
(UDN)

9. Padre Calazans — São Paulo.

SENADO FEDERAL

LIDERANÇAS

I — DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS
MAIORIA

Lider:
Barros Carvalho — (PTB) — (PE-
RJ).

Vice-Líderes:
Victorino Freire — (PSD — MA-
GOIAS).
Vasconcelos Torres — (PTB —
RJ).
Jefferson de Aguiar — (PSD —
ES).

MINORIA

Lider:
João Agripino — (UDN — PB).

Vice-Líderes:
Daniel Krieger — (UDN — RS).
Mem de Sá — (PL — RS).

PEQUENA REPRESENTAÇÃO

Lider:
Lino de Matos — (PTN — SP).

Vice-Líderes:
Aurélio Viana — (PJB — GB).

II — DOS PARTIDOS

PSD
Benedicto Valladares — (MG).

Vice-Líderes:
Wilson Gonçalves — (CE).
Siegfredo Pacheco — (PI).
Walfredo Gurgel — (RG).

PTB

Lider:
Artur Virgílio — (AM).

Vice-Líderes:
Amaury Silva (licenciado) — (PR).
Vivaldo Lima — (AM).
Bezerra Neto — (MI).

UDN

Lider:
Daniel Krieger — (RS).

Vice-Líderes:
Eurico Rezende — (ES).
Padre Calazans — (SP).
Adolfo Franco — (PR).

PL

Lider:
Mem de Sá — (RS).

Vice-Líderes:
Aloysio de Carvalho — (BA).

PTN

Lider:
Lino de Matos — (SP).

Vice-Líderes:
Cartete Pinheiro — (PA).

PSP

Lider:
Miguel Couto — (RJ).

Vice-Líder:
Raul Gluberti — (ES).

RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	17
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	15
União Democrática Nacional (U. D. N.)	2
Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renova- dador (M. T. R.)	1
Sem legenda	64
Total	68

BLOCOS PARTIDÁRIOS

1º — Maioria (39) Membros):

PSD
PTB
UDN
PL

2º — Minoria (17) Membros):

PTN
PSP
PSB
MTR
PR
PDC

3º — Pequenas Representações (9) Membros).

PTN
PSP
PSB
MTR
PR
PDC

4º — Sem Legenda

1. Josaphat Marinho (Sem Legenda).

Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Vago
Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES
Eugênio Barros.
José Feliciano.

SUPLENTE
1. Atílio Fontana.
2. Pedro Ludovico.

P. T. B.

TITULARES
Nelson Maculan (licenciado).
Dix-Huit Rosado.
Raul Gluberti.

SUPLENTE
1. Eduardi Catalão (*).
2. Aarão Steinbruch.
3. Vago.

U. D. N.

TITULARES
Lopes da Costa.
Antônio Carlos.

SUPLENTE
1. Daniel Krieger.
2. João Agripino.

SUBSTITUTOS
Reunioes
Quartas-feiras, as 16 horas
Secretário: J. Ney Passos Dantas
Auxiliar Legislativo PL-9

(*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan como titular.

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos (UDN)
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES
Jefferson de Aguiar.
Rui Carneiro.
Lobão da Silva.
Wilson Gonçalves.
Josaphat Marinho.

SUPLENTE
1. Menezes Pimentel (licenciado).
2. Leite Neto.
3. Benedicto Valladares.
4. Aarão Steinbruch.

P. T. B.

TITULARES
Amaury Silva (licenciado).
Bezerra Neto.
Edmundo Levi.

SUPLENTE
1. Argemiro de Figueiredo (*).
2. Silvestre Péricles.
3. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES
Aloysio de Carvalho.
Eurico Rezende.
Milton Campos.

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).
Adalberto Sena (PTB).
Rui Palmeira (UDN).
Gilberto Marinho (PSD).
Cartete Pinheiro (PTN).
Joaquim Parente (UDN).

Guido Mondin (PSD).
Vasconcelos Torres (PTB).

Reunioes Quartas-feiras as 16 ho-
ras.

Secretário: Evandro Mendes Viana.
Diretor-Geral

1. Ailton Aguiar.
2. Daniel Krieger
3. João Agripino.

Reuniões

Quarta-feira às 10 horas.

Secretário: Raul do Perreira Dias
Oficial Legislativo PL-8.

(*) Em substituição do Senhor
Amaury Silva como titular.

Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos.
Vice-Presidente — Pedro Ludovico

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel
Pedro Ludovico
Lino de Matos.

SUPLENTE

1. Filinto Müller.
2. Eugênio Barros.
3. Heribaldo Vieira.

P. I. B.

TITULARES

Oscar Passos.
Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

1. Aarão Steimbruch.
2. Antônio Jucá.

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz.
Eurico Rezende.

SUPLENTE

1. Lopes da Costa.
1. Zacharias de Assunção.

Reuniões

Quintas-feiras às 10 horas.
Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo PL-8.

Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

Presidente — Filinto Müller (PSD)
Vice-Presidente — José Ermirio (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Filinto Müller.
Eugênio Barros.
Adílio Fontana.
José Guimard (licenciado)

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar (*).
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josaphat Marinho

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. T. B.

TITULARES

José Ermirio
Nelson Maculan (licenciado)
Júlio Leite

SUPLENTE

1. Oscar Passos (**).
2. Bezerra Neto

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga
2. ... A Indio

U. D. N.

TITULARES

Adolfo Franco
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. José Cláudio
2. Zacharias de Assunção
Reuniões: terça-feira — 16.00 horas
Secretário: Cid Brügger, Auxiliar
Legislativo PL-10

(*) — Em substituição do Senhor José Guimard como titular.

(**) — Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

Comissão de Educação e Cultura

(6 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel

(PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans — (UDN)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS

1. Leite Neto

P. I. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz
Amaury Silva (licenciado)

SUPLENTE

1. Vago.
2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Antonio Carlos
Padre Calazans
Mem de Sá

SUPLENTE

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnon de Melo

Reuniões: 4^{as}-feiras — 10.00 horas.

Secretário: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo PL-7.

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB).

Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN).

P. S. P.

COMPOSIÇÃO

TITULARES

Victorino Freire.
Lobão da Silveira.
Sigefredo Pacheco.
Wilson Gonçalves.
Leite Neto.

SUPLENTE

1. José Guimard (licenciado).
2. Eugênio Barros.
3. Menezes Pimentel
4. Adílio Fontana.
5. Pedro Ludovico.

SUBSTITUTOS

1. José Kairala.

P. I. B.

TITULARES

Argemiro de Figueiredo.
Bertra Neto.
Dix-Huit Rosado.
Pessoa de Queiroz.
José Ermirio.

SUPLENTE

1. Nelson Maculan (licenciado).
2. Lino de Matos.
3. Amaury Silva (licenciado).
4. Aurélio Vianna.
5. Antônio Jucá.

SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi.
2. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Daniel Krieger.
Dinarte Mariz.
Irineu Bornhausen.
Lopes da Costa.

SUPLENTE

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Milton Campos.

PL

TITULARES

Mem de Sá.

SUPLENTE

1. Aloysio de Carvalho.
Reuniões: 4^{as} feiras — 10.00 horas.
Secretário: Cid Brügger, Auxiliar
Legislativo, PL-10.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima — PTB.
Vice-Presidente: Ruy Carneiro — (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Ruy Carneiro.
Walfredo Gurgel.
José Guimard (licenciado).
Raul Glubert.

SUPLENTE

1. Leite Neto (*).
2. Lobão da Silveira.
3. Eugênio Barros
4. Júlio Leite

SUBSTITUTOS

1. Adílio Fontana
2. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado).
Heribaldo Vieira
Vivaldo Lima

SUPLENTE

1. Aurélio Vianna (**).
2. Pessoa de Queiroz.
3. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Eurico Rezende
Antonio Calazans

1. Lopes da Costa
4. Zacharias de Assunção

Reuniões: 4^{as} feiras às 10 horas.
SUPLENTE

Secretário: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo, PL-7.

(*) — Em substituição do Senhor José Guimard como titular.
(**) — Em substituição do Senhor Amaury Silva como titular.

Comissão do Polígono das Secas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Wilson Gonçalves
Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
2. Leite Neto

P. I. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado
Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo
2. Arnon de Melo
3. Júlio Leite

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz
José Cândido

SUPLENTE

1. João Agripino
2. Lopes da Costa
Reuniões: 5^{as} feiras — 18 horas.
Secretário: Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo, PL-9.

Comissão de Redação

(6 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).
Vice-Presidente — Padre Calazans.

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Walfredo Gurgel
Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira.
2. José Feliciano.

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (licenciado)

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

Heribaldo Vieira.

U. D. N.

TITULARES

Padre Calazans.
Júlio Leite.

SUPLENTE

1. João Agripino.
2. Josaphat Marinho.

Reuniões: 4^{as} feiras às 18 horas.
Secretário: Sarah Abrahão, Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).

Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Benedito Valladares,
Filinto Müller,
Jefferson de Aguiar,
Aarão Steinbruch.

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel.
2. Ruy Carneiro.
3. José Guilomard (licenciado).
4. Victorino Freire.

SUBSTITUTO

1. José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz,
Vivaldo Lima,
Eduardo Catalão.

SUPLENTE

1. Oscar Passos.
2. Argemiro de Figueiredo
3. Antônio Jucá.

U. D. N.

TITULARES

Antônio Carlos,
José Cândido,
Padre Calazans,
Arnon de Melo.

SUPLENTE

1. Daniel Krieger.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Mem de Sá.

Reuniões: 5ªs-feiras — 15,00 horas.

Secretário: Castejon J. B. Branco.

Oficial Legislativo, PL-6.

Comissão de Saúde

(15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa — UDN.

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Pedro Ludovico
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Eugenio Bastos
2. Walfredo Gurgel

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Antônio Jucá

U. D. N.

SUPLENTE

U. D. N.

Lopes da Costa

SUPLENTE

Padre Calazans

SUPLENTE

Rauli Gilberti

Reuniões: Quintas-feiras — 15 horas).

Secretário: Eduardo Rui Barbosa
Auxiliar Legislativo PL-10.

Comissão de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN).

Vice-Presidente — Silvestre Péricles (PTB).

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

José Guilomard (Licenciado)
Victorino Freire

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro

1. Afílio Fontana (*)

SUBSTITUTO

2. José Kairala

P. T. B.

TITULARES

Silvestre Péricles
Oscar Passos

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado
2. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Irineu Bornhausen
Zacharias de Assunção

SUPLENTE

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Resende

P. S. P.

TITULAR

Rauli Gilberti

SUPLENTE

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (16 horas).

Secretário: Alexandre Pfaender, Oficial Legislativo PL-8.

(*) — Em substituição ao Sr. José Guilomard, como titular.

Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles (PTB).

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD).

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

Leite Neto.
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Victorino Freire
2. Benedito Valladares

PTB

TITULARES

Silvestre Péricles
Nelson Maculan (licenciado)

SUPLENTE

1. Edmundo Levi
2. Vago

UDN

TITULARES

Antonio Carlos

Prorrogações:

Antonio Carlos
Padre Calazans

SUPLENTE

1. Dinarte Marins
2. Lopes da Costa

PL

TITULAR

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16,00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas
Auxiliar Legislativo, PL-9.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD).
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

PSD

TITULARES

José Feliciano
Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Müller

PTB

TITULARES

Bezerra Neto
Lino de Matos

SUPLENTE

1. Silvestre Péricles

UDN

TITULAR

Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaender,
Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.

Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.

— organização administrativa do Distrito Federal;
— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;
— regime de rendas do Distrito Federal;— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;
— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda atribuída aos Municípios;

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan — designado em 25-5-1963.

Lobão da Silveira — designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.

SUPLENTE

Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;
Até 15-12-1963 — Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Vajá ares — PSD
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Nelson Maculan — PTB.
7. Silvestre Péricles — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira
Wilson Gonçalves e
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.

Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — Relator — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — Relator — PTB.
7. Amaury Silva — PTB.
8. D. O. N. 24-8-63 (S.T.) pág 2 137
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Ruy Palmeira — UDN.
14. Heribaldo Vieira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.

Da nova redação ao item II do art. 95 da Constituição Federal. (Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 — Requerimento número 778-62; aprovado em 12-12-62.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
- 2 Lobão da Silveira - PSD.
- 3 Ruy Carneiro - PSD.
- 4 Benedito Vajacares - PSD.
- 5 Wilson Gonçalves - PSD.
- 6 Silvestre Pericles - PTB.
- 7 Bezerra Neto - PTB.
- 8 Nogueira da Gama - PTB.
- 9 Barros Carvalho - PTB.
- 10 Daniel Krieger - UDN.
- 11 Lopes da Costa - UDN.
- 12 Milton Campos - Vice-Presidente - UDN.
- 13 Heribaldo Vieira - UDN.
- 14 Ruy Paimeira - UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho - PL.
- 16 Mem de Sá - PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961.

Da nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado, incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros.)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

- Guido Mondin - designado em 28 de outubro de 1962;
Vivaldo Lima - designado em 30 de março de 1962;
Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;
Wilson Gonçalves - designado em 23 de abril de 1963;
Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;
Pinto Ferreira - designado em 20 de abril de 1963;
Amaury Silva - designado em 28 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 781-62, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD.
- 2 Wilson Gonçalves - PSD.
- 3 Lobão da Silveira - PSD.
- 4 Ruy Carneiro - PSD.
- 5 Guido Mondin - PSD.
- 6 Silvestre Pericles - PSD.
- 7 Vivaldo Lima - PTB.
- 8 Amaury Silva - PTB.
- 9 Pinto Ferreira - PTB.
- 10 Eurico Rezende - UDN.
- 11 Daniel Krieger - UDN.
- 12 Milton Campos - UDN.
- 13 Heribaldo Vieira - UDN.
- 14 Lopes da Costa - UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho - PL.
- 16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II - Presidente da República - da Emenda Constitucional nº 4 de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:
Vivaldo Lima - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin - Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende - Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira - Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 781-62, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Menezes Pimentel - PSD
- 2 Ruy Carneiro - PSD
- 3 Lobão da Silveira - PSD
- 4 Jefferson de Aguiar - PSD
- 5 Guido Mondin - PSD.
- 6 Pinto Ferreira - PSB.
- 7 Bezerra Neto - PTB.
- 8 Amaury Silva - PTB.
- 9 Vivaldo Lima - PTB.
- 10 Daniel Krieger - UDN.
- 11 Eurico Rezende - UDN.
- 12 Milton Campos - UDN.
- 13 Heribaldo Vieira - UDN.
- 14 Lopes da Costa - UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho - PL.
- 16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 5º do artigo 19 substitui o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho - Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin - Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar - designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro - designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende - designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva - designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto - designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 - Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 - Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
- 2 Menezes Pimentel - PSD.
- 3 Filinto Müller - PSD.
- 4 Guido Mondin - PSD.
- 5 Ruy Carneiro - PSD.
- 6 Amaury Silva - PTB.
- 7 Barros Carvalho - PTB.
- 8 Argemiro Figueiredo - PTB.
- 9 Bezerra Neto - PTB.
- 10 Daniel Krieger - UDN.
- 11 Eurico Rezende - UDN.
- 12 Milton Campos - UDN.
- 13 Heribaldo Vieira - UDN.
- 14 Ruy Paimeira - UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho - PL.
- 16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28-2-1962, salvo os Srs Senadores:

Lopes da Costa - designado em 30-3-1962;

Guido Mondin - designado em 29-10-1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963.

Eurico Rezende - designado em 23-4-1963;

João Agripino - designado em 23-4-1963;

Silvestre Pericles - designado em 23-4-1963;

Cattete Pinheiro - designado em 23-4-1963.

Senadores - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD.
- 2 Wilson Gonçalves - PSD.
- 3 Ruy Carneiro - PSD
- 4 Lobão da Silveira - PSD.
- 5 Guido Mondin - PSD.
- 6 Silvestre Pericles - PTB.
- 7 Nogueira da Gama - PTB.
- 8 Barros Carvalho - PTB.
- 9 Vilec - PTB.
- 10 Milton Campos - UDN
- 11 Heribaldo Vieira - UDN
- 12 Lopes da Costa - UDN
- 13 João Agripino - UDN.
- 14 Eurico Rezende - UDN
- 15 Josephat Marinho - S. Legenda
- 16 Lino de Matos - PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28-3-1962, salvo os Srs Senadores:

Guido Mondin - designado em 29-10-1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende - designado em 23-4-1963;

João Agripino - designado em 12-4-1963;

Cattete Pinheiro - designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 784-62, aprovado em 12-12-63.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Wilson Gonçalves - PSD
- 3 Ruy Carneiro - PSD
- 4 Lobão da Silveira - PSD
- 5 Guido Mondin - PSD
- 6 Silvestre Pericles - PTB
- 7 Nogueira da Gama - PTB
- 8 Barros Carvalho - PTB
- 9 Milton Campos - UDN
- 10 Heribaldo Vieira - UDN.
- 11 Eurico Rezende - UDN
- 12 João Agripino - UDN
- 13 Lopes da Costa - UDN
- 14 Aloysio de Carvalho - PL
- 15 Miguel Couto - PSP
- 16 Cattete Pinheiro - PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1962.

(Altera a redação do art. 185 da Constituição, referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel - designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963;

Leite Neto - designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende - designado em 23-4-1963;

João Agripino - designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna - designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 - Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Wilson Gonçalves - PSD
- 3 Ruy Carneiro - PSD
- 4 Lobão da Silveira - PSD
- 5 Leite Neto - PSD
- 6 Menezes Pimentel - PSD
- 7 Silvestre Pericles - PTB
- 8 Nogueira da Gama - PTB
- 9 Barros Carvalho - PTB
- 10 Milton Campos - UDN
- 11 Heribaldo Vieira - UDN
- 12 Eurico Rezende - UDN
- 13 João Agripino - UDN
- 14 Daniel Krieger - UDN
- 15 Aloysio de Carvalho - PL
- 16 Aurélio Vianna - PSB.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1962.

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves - designado em 23-4-1963;

Leite Neto - designado em 23-4-1963;

Josephat Marinho - designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende - designado em 23-4-1963;

Prorrogação:

Até 15-12-1962 - Requerimento nº 706-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros - Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar - PSD
- 2 Wilson Gonçalves - PSD
- 3 Ruy Carneiro - PSD
- 4 Lobão da Silveira - PSD
- 5 Leite Neto - PSD
- 6 Menezes Pimentel - PSD
- 7 Silvestre Pericles - PTB
- 8 Nogueira da Gama - PTB
- 9 Barros Carvalho - PTB
- 10 Milton Campos - UDN
- 11 Heribaldo Vieira - UDN
- 12 Josephat Marinho - UDN
- 13 Eurico Rezende - UDN
- 14 Daniel Krieger - UDN
- 15 Aloysio de Carvalho - PL
- 16 Lino de Matos - PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 4).

Eleita em 10.7.1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves
Leite Neto
João Agripino
Eurico Rezende
Josaphat Marinho (designado em 23.4.1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 787-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S/legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5 de 1962.

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores:
Wilson Gonçalves
Leite Neto
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12.12.62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Campos — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores:
Josaphat Marinho
Wilson Gonçalves
Eurico Rezende
Julio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 790-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Julio Leite — PR

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6.12.1961, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves

Eurico Rezende

Amaury Silva e

Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Giuberti — PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Arthur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josaphat Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Eduardo Catalão — PTB
11. Vasconcelos Torres — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
16. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Adalberto Sena — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
João Agripino — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — S/legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.

Dá nova redação ao item 17 e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Humberto Neder — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação em 18.9.1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio)

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
Atilio Fontana — PSD
Eugênio Barros — PSD
José Ermirio (Relator) — PTB
Bezerra Neto — PTB
Meio Braga — PTB
Lopes da Costa — UDN
Milton Campos (Presidente) — UDN
Julio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Senador Góes Monteiro)

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) — PSD
José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
José Ermirio Relator — PTB
Adolpho Franco — UDN
Aurélio Viana — Pequenas Representações

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11.63)

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto (Presidente) — PSD
Nelson Maculan — PTB
João Agripino (Relator) — UDN
Josaphat Marinho — Pequenas Representações

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963*(Originação da Câmara dos Deputados)**Que da nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).*

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD;
 Ruy Carneiro — PSD;
 Wilson Gonçalves — PSD;
 José Feliciano — PSD;
 Louão da Silveira — PSD;
 Bezerra Neto — PTB;
 Edmundo Levi — PTB;
 Argemiro de Figueiredo — PTB;
 Melo Braga — PTB;
 Milton Campos Presidente — UDN;
 Aloysio de Carvalho — UDN;
 Afonso Arinos — UDN;
 Eurico Rezende — UDN;
 Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;
 Aurélio Vianna — Pequenas Representações;
 Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.**17 MEMBROS***(Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 551-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.)*

Designação em 28-8-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD;
 Wilson Gonçalves — PSD;
 Arthur Virgílio — PTB;
 Edmundo Levi — PTB;
 Adolpho Franco — UDN;
 Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN;
 Josaphat Marinho — Sem Legenda.

Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agropecuária e suas repercussões negativas na exportação.*(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 2-8-1963.)***(5 MEMBROS)****Membros — Partidos**

José Feliciano — PSD;
 Silvestre Péricles (Vice-Presidente) — PSD;
 José Ermirio (Presidente) — PTB;
 Lopes da Costa — UDN;
 Aurélio Vianna (Relator) — Pequenas Representações.

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas*(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira)***(5 MEMBROS)****Membros — Partidos**

Atilio Fontana (Presidente) — PSD;
 José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD;
 José Ermirio (Relator) — PTB;
 Adolpho Franco — UDN;
 Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização*(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665 de 1963, do Sr. Senador José Ermirio.)***(9 MEMBROS)****Membros — Partidos**

José Feliciano — PSD;
 Atilio Fontana — PSD;
 Eugênio Barros — PSD;
 José Ermirio (Relator) — PTB;
 Bezerra Neto — PTB;
 Melo Braga — PTB.

Lopes da Costa — UDN;
 Milton Campos — Presidente UDN.

Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chanas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional*(Criada pela Resolução nº 11 de 1963)***(6 MEMBROS)****Membros — Partidos**

Jefferson de Aguiar — PSD;
 Leite Neto (Presidente) — PSD;
 Nelson Maculan (Vice-Presidente) — PTB;
 João Arrupino (Relator) — UDN;
 Josaphat Marinho — Sem Legenda;
 Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.*(Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32 de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores.)**(Criada pela Resolução nº 32, de 1963)***MEMBROS — PARTIDOS**

Presidente: Wilson Gonçalves — PSD;
 Vice-Presidente: Leite Neto — PSD;
 Relator: Eurico Rezende — UDN;
 Jefferson de Aguiar — PSD;
 Atilio Fontana — PSD;
 Artur Virgílio — PTB;
 Bezerra Neto — PTB;
 Aurélio Vianna — PTB;
 Júlio Leite — PTB;
 Melo Braga — PTB;
 João Arrupino — UDN;
 Daniel Krieger — UDN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.*Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.*

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD;
 Ruy Carneiro — PSD;
 Wilson Gonçalves — PSD;
 José Feliciano — PSD;
 Walfrido Gurgel — PSD;
 Argemiro de Figueiredo — PTB;
 Bezerra Neto — PTB;
 Silvestre Péricles — PTB;
 Edmundo Levi — PTB;
 Eurico Rezende — UDN;
 Milton Campos — UDN;
 Aloysio de Carvalho — UDN;
 Afonso Arinos — UDN;
 Josaphat Marinho — Sem Legenda;
 Raul Guberti — Pequenas Representações;
 Júlio Leite — Pequenas Representações.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.*Da nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.*

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD;
 Ruy Carneiro — PSD;
 Wilson Gonçalves — PSD;
 José Feliciano — PSD;
 Walfrido Gurgel — PSD;
 Argemiro de Figueiredo — PTB;
 Bezerra Neto — PTB;
 Silvestre Péricles — PTB;
 Edmundo Levi — PTB;
 Eurico Rezende — UDN;
 Milton Campos — UDN;
 Aloysio de Carvalho — UDN;
 Afonso Arinos — UDN;
 Josaphat Marinho — Sem Legenda;
 Raul Guberti — Pequenas Representações;
 Júlio Leite — Pequenas Representações.